



MANAUS

350

ANOS





SUMÁRIO

FUNDAÇÃO DE MANAUS	4
A PRIMEIRA IGREJA DE MANAUS	6
MANAUS, CAPITAL PELA PRIMEIRA VEZ	8
A BREVE PROVÍNCIA DO RIO NEGRO	10
A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BARRA	12
O LEVANTE DA BARRA	14
A VILA DE MANAUS E SEUS PRIMEIROS VEREADORES.	16
ENFIM, PROVÍNCIA DO AMAZONAS.	18
DE VILA A CIDADE...MANAUS.	21
24 DE MAIO E 10 DE JULHO	23
LABORUM META	25
PONTES METÁLICAS DE MANAUS	27
TEATRO AMAZONAS	30



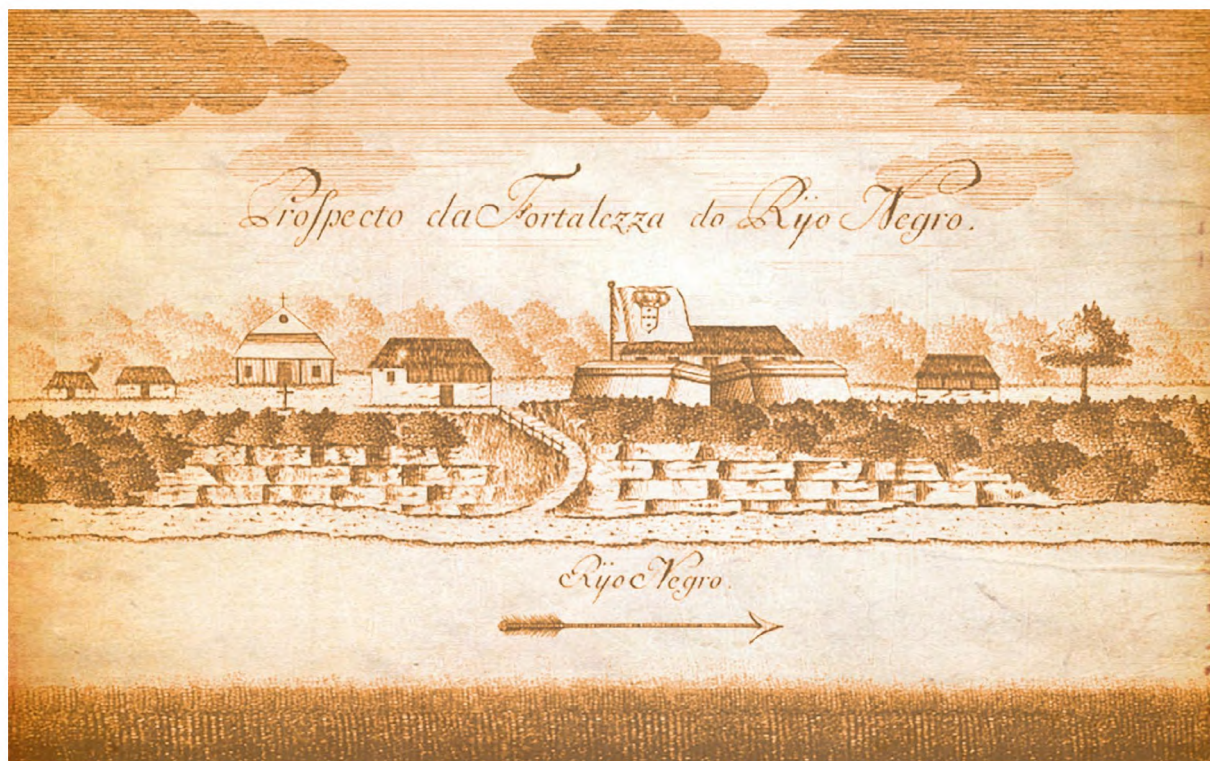
APRESENTAÇÃO

Em 2019, Manaus completou 350 anos de fundação, efeméride que leva em consideração o ano de 1669, quando foi erguido o fortim de São José da Barra do Rio Negro, e o 24 de outubro, data em que a então Vila da Barra foi elevada à categoria de cidade.

Essa foi apenas uma das curiosidades que o Instituto Durango Duarte (IDD) escolheu para homenagear o aniversário da capital amazonense, na série de postagens “Respeita a minha história”, publicadas originalmente no Instagram e no site do IDD, e que agora foram compiladas nesta coletânea.

Ao todo, são 13 temas que trazem as origens da cidade e suas mudanças de nome e de status, a fundação da primeira igreja, as pontes metálicas, o Teatro Amazonas, entre outras passagens históricas importantes ocorridas na “Cidade Sorriso” e que fazem parte da sua evolução.

FUNDAÇÃO DE MANAUS



A Fundação de Manaus – Os 350 anos da cidade de Manaus, comemorados em 2019, têm sua origem na construção de uma fortificação portuguesa ocorrida, possivelmente, em 1669.

Alguns autores afirmam que, naquele ano, o capitão Francisco da Mota Falcão foi enviado pela Coroa lusa ao rio Negro para erguer um fortim, a fim de resguardar a entrada da Amazônia Ocidental das invasões estrangeiras, sobretudo de holandeses e espanhóis.

Nascia, então, a Fortaleza de São José da Barra, que recebeu esse nome em invocação a Jesus, Maria e José, erguida na margem esquerda do rio Negro.



A obra foi iniciada por Mota Falcão e finalizada pelo seu filho, Manoel da Mota Siqueira. Possuía um formato quadrangular e foi construída em pedra e barro, sem conter um fosso.

Angélico de Barros foi o primeiro administrador do forte, que também era chamado de Fortaleza ou Forte da Barra, São José do Rio Negro, São José e Casa Forte. O povoado do Lugar da Barra, atual cidade de Manaus, foi se formando nos arredores da fortificação lusitana. Sua desativação ocorreu na década de 1780.

Em seu lugar, foi construída a antiga Casa do Tesouro Provincial, cujo prédio ainda existe no porto privatizado de Manaus, na área próxima da antiga Manaus Harbour, no Centro.

A PRIMEIRA IGREJA DE MANAUS



A primeira igreja de Manaus – Em 1695, os padres carmelitas ergueram a primeira igreja de Manaus, uma capela católica em devoção a Nossa Senhora da Conceição. Sua construção ocorreu nos arredores do Forte de São José da Barra, na área que hoje fica defronte ao Museu do Porto, entre as ruas Governador Vitório, Visconde de Mauá e Tamandaré, no Centro (localização da extinta Praça Nove de Novembro).

Na década de 1780, essa igreja primitiva foi reconstruída maior e com novas linhas arquitetônicas pelo governador Lobo d'Almada e passou a ser o centro dos acontecimentos locais. Foi na Matriz que ocorreu a solenidade de juramento



à primeira Constituição Brasileira, em 1824. Entretanto, o templo foi totalmente consumido por um incêndio, em 2 de julho de 1850.

A pedra fundamental da nova igreja, construída no local onde ela está hoje, foi lançada em 23 de julho de 1858, porém, as dificuldades orçamentárias e a falta de mão de obra especializada fizeram com que sua inauguração ocorresse somente em 15 de agosto de 1877. Seu primeiro pároco foi o padre José Manoel dos Santos Pereira.

A Matriz de Nossa Senhora da Conceição foi elevada à categoria de Catedral Metropolitana em 27 de abril de 1892, quando também foi criada a Diocese do Amazonas. O templo foi tombado como Monumento Histórico Estadual em 12 de abril de 1988.

MANAUS, CAPITAL PELA PRIMEIRA VEZ



A primeira vez em que Manaus alcançou a condição de capital ocorreu com a fundação da Capitania de São José do Rio Negro, criada em 1755 pelos portugueses para fortalecer a proteção do território que hoje compreende o Amazonas. Mas não foi logo de imediato.

Quando a Capitania foi instalada em 1758, seu primeiro núcleo administrativo foi a vila de Barcelos, ex-aldeia de Mariuá, escolhida por ser mais central e bem mais próxima de Belém, capital do estado do Grão-Pará e Maranhão.

Foi graças a Lobo d'Almada que a sede de São José do Rio Negro foi transferida para a Barra (nome primitivo de Manaus), em 1792. O lugar recebeu melhoramentos, a igreja matriz passou por reformas e foram construídos uma



sede administrativa e prédios destinados à Guarnição, além de armazéns para a Fazenda.

A boa administração de Lobo d'Almada à frente da Capitania incomodou o governador do estado, Francisco de Sousa Coutinho, que tratou de lhe dificultar o governo.

Numa sequência de retaliações e desgostos, em maio de 1799, a sede voltou para Barcelos. Três meses depois, d'Almada foi deposto, vindo a falecer de paludismo em 27 de outubro daquele ano.

A Barra se tornaria sede definitiva da Capitania de São José do Rio Negro somente em 29 de março de 1808, no governo do capitão-mor José Joaquim Vitório da Costa.

A BREVE PROVÍNCIA DO RIO NEGRO



A breve Província do Rio Negro - Mesmo confirmado como sede da Capitania do Rio Negro em 1799, o lugar da Barra ainda não havia sido erigido à vila, o que viria a acontecer somente na década de 1830.

Nesse entretempo, Portugal sofreu uma revolta que pregava o fim do absolutismo monárquico, em 1820: a Revolução Constitucionalista do Porto.

O Grão-Pará foi o primeiro estado do Brasil a aderir ao movimento, em 1º de janeiro de 1821, depondo seu governo e aderindo ao modelo de junta governativa provisória, que logo tratou de enviar circulares para todas as suas vilas. Por conta disso, o governador Manuel Joaquim do Paço foi destituído do comando rionegrino, em 29 de setembro daquele ano.



Para participar da elaboração da primeira Constituição lusa, em 1º de outubro de 1821, as Cortes portuguesas elevaram a Capitania à condição de Província do Rio Negro, mantendo a Barra como capital, e solicitaram que fossem enviados um deputado e um substituto, sendo eleitos, respectivamente, José Cavalcante de Albuquerque e João Lopes da Cunha, em 14 de janeiro de 1822.

Ao mesmo tempo, o príncipe regente D. Pedro I criou, no Brasil, o Conselho de Procuradores Gerais, em 16 de fevereiro de 1822, convocando todas as províncias brasileiras para fazerem parte, inclusive Rio Negro. Entretanto, o Pará não aceitou esse chamamento e, ainda por cima, ordenou que todos os ofícios enviados do Rio de Janeiro para cá fossem bloqueados.

O sonho do Rio Negro de permanecer como uma província independente caiu por terra na revisão do projeto constitucional pelas Cortes, em 12 de agosto de 1822: o deputado José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada, de São Paulo, questionou a autonomia rionegrina, apresentando motivos para que a mesma continuasse subalterna ao Pará.

Como os nossos representantes eleitos não haviam chegado a Portugal por conta da longa viagem, não houve defesa, e perdemos a autonomia administrativa. E o pior: por não termos enviado representantes às convocações de D. Pedro I, também fomos “esquecidos” durante o processo inicial da Independência do Brasil.

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BARRA



A notícia da Independência do Brasil chegou ao lugar da Barra somente em 9 de novembro de 1823, um ano e dois meses após o grito de D. Pedro I às margens do rio Ipiranga.

A aclamação dos moradores ao novo regime ocorreu na antiga praça da Trincheira, que depois recebeu o nome de praça Nove de Novembro em homenagem a essa data histórica. Nos dias de hoje, o “progresso” passou por cima desse logradouro que existiu na área em frente ao Museu do Porto.

O juramento de obediência ao imperador brasileiro se deu na manhã do dia 22 de novembro, na Fábrica Imperial, que se localizava nos arredores da atual praça Dom Pedro II.



Primeiro, juraram os vereadores e, logo depois, os membros da junta de governo e as autoridades civis e militares: “Juro obediência, fidelidade e adesão à pessoa de S. M. Imperial o Senhor D. Pedro de Alcântara, primeiro Imperador Constitucional do Império do Brasil”.

A nova junta governativa da ex-província do Rio Negro foi eleita no dia seguinte e tinha como presidente Bonifácio João de Azevedo (natural da vila de Barcelos) e Luiz Ferreira da Cunha como secretário.

Os outros três componentes eram Raimundo Barroso de Bastos, Plácido Moreira de Carvalho e João da Silva e Cunha. A posse desta junta pós-Independência se deu no dia 24 de novembro de 1823.

O LEVANTE DA BARRA



O levante da Barra- A Constituição outorgada por D. Pedro I em 1824 confirmou a inexistência do Rio Negro como província. Oito anos se passariam de muita insatisfação do povo da Barra e de uma comarca cada vez mais em declínio econômico. Até que, em 22 de junho de 1832, moradores e forças militares se uniram num movimento separatista.

Nesta reunião, definiu-se a indicação do ouvidor Manuel Bernardino Figueiredo como presidente temporário da “Província” e a criação de um Conselho, composto por João da Silva e Cunha, Gregório da Silva Craveiro, frei José dos Santos Inocentes, entre outros.

Ao frei José dos Inocentes coube a missão especial de levar as reivindicações dos revolucionários à Corte do Rio de Janeiro. O religioso partiu naquele mesmo junho de 1832 pelo rio Madeira.

Enquanto isso, sob o comando do frei José de Santa Luzia, a Barra preparava suas defesas, com a artilharia vinda de Tabatinga e a instalação de dois fortins, um nas Lages e outro no sítio do Bonfim.

O contra-ataque do Pará veio com o tenente-coronel Domingos Simões da Cunha Baiana, que partiu de Belém com uma tropa de 50 homens, a bordo do Patagônia. Em Cametá, ganhou o reforço da canhoneira Independência, e em Santarém, da escuna Andorinha.

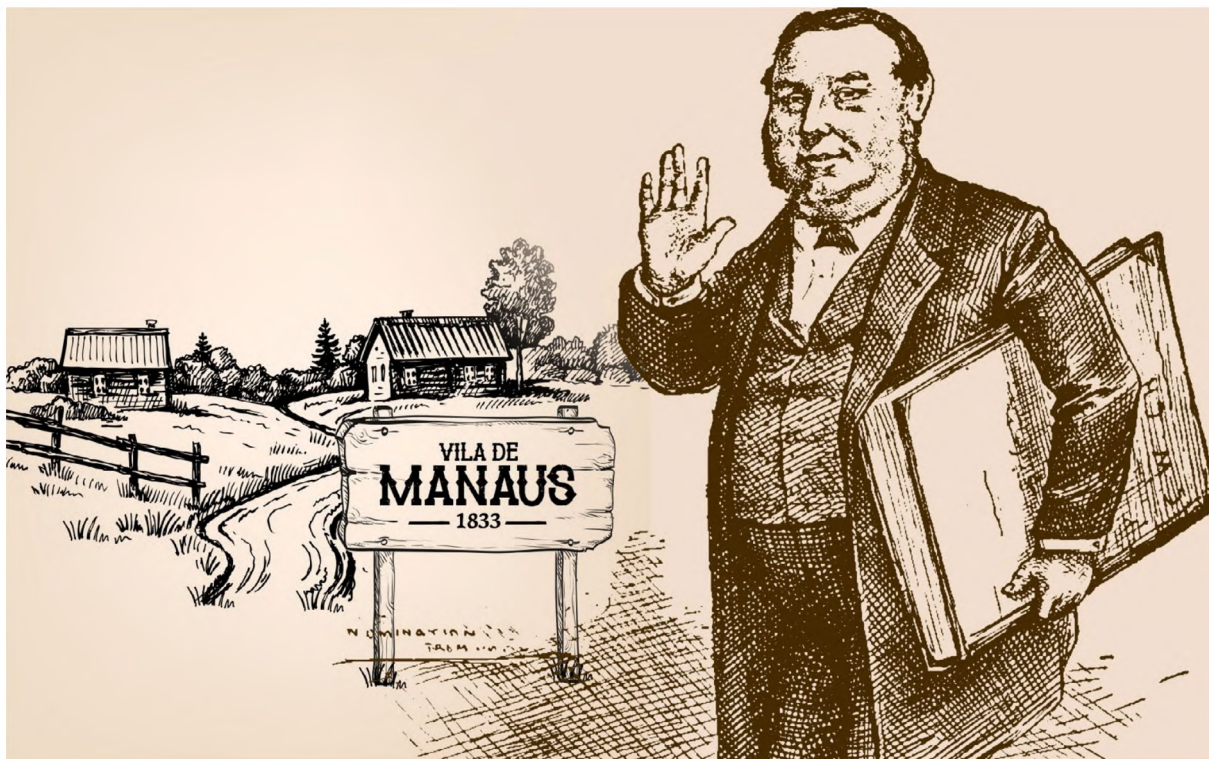
A flotilha bombardeou as posições rebeldes, que responderam ao fogo, quase afundando a canhoneira Independência. A 10 de agosto, houve o desembarque, e dois dias depois os rebeldes se renderam.

A última esperança dos insurgentes era frei José dos Inocentes. No entanto, em abril de 1833, já na Província do Mato Grosso, foi proibido de prosseguir viagem ao Rio de Janeiro.

Antes, porém, que regressasse à Comarca, ele repassou as solicitações ao revolucionário paulista Antônio Luiz Patrício da Silva Manso para que este as entregasse à Corte fluminense.

Manso conseguiria levar os papéis até à Regência, mas o ministro Aureliano de Souza Coutinho condenou a rebelião rionegrina, em junho de 1833, por considerar que a decisão de dar ou não autonomia àquela Comarca cabia somente à Assembleia Geral.

A VILA DE MANAUS E SEUS PRIMEIROS VEREADORES



Em 1832, o Código do Processo Penal, promulgado pela Regência, ordenou que os presidentes reorganizassem a divisão administrativa das províncias.

Por conta disso, em 25 de junho de 1833, o presidente paraense, José Joaquim Machado de Oliveira, dividiu a Província do Pará em três comarcas, sendo uma delas a antiga província do Rio Negro, que passou a ser denominada Comarca do Alto Amazonas. As outras duas eram as comarcas do Grão-Pará e do Baixo Amazonas.

O lugar da Barra foi, finalmente, elevado a vila, com a denominação Manaus, e se tornou sede da comarca, com direito a ter uma Câmara Municipal. A primeira



eleição ocorreu em 17 de dezembro de 1833, na Fábrica Imperial, e foi presidida por Joaquim Rodrigues Callado.

Foram eleitos sete vereadores: Manoel Gonçalves Loureiro Filho (36 votos), Francisco Gonçalves Pinheiro (36 votos), Mathias da Costa (31 votos), João Ignácio Rodrigues do Carmo (28 votos), Francisco de Paula da Silva Cavalcante (27 votos), Henrique João Cordeiro (26 votos) e Cláudio José do Carmo (26 votos).

De acordo com o artigo 168, da Constituição de 1824, a função de presidente da Câmara seria exercida pelo vereador mais votado. Por isso, como houve empate entre os dois primeiros, foi realizado um sorteio em que Manoel Gonçalves Loureiro Filho venceu e Francisco Gonçalves Pinheiro ficou como vice-presidente.

A sessão inaugural da 1ª Legislatura da Câmara Municipal de Manaus ocorreu em 21 de dezembro de 1833, também na Fábrica Imperial, com missa solene na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, realizada pelo frei José dos Inocentes.

ENFIM, PROVÍNCIA DO AMAZONAS



Após a Independência do Brasil, a emancipação do Amazonas foi discutida já na primeira legislatura da Assembleia Geral do Império, no Rio de Janeiro, em 1826. O deputado pelo Pará, D. Romualdo Antônio de Seixas, por diversas vezes foi à tribuna pedir pela autonomia da comarca do Rio Negro, que se encontrava em decadência.

Em 27 de maio daquele ano, D. Romualdo apresentou projeto que transformava a comarca em província, com prelaia independente do Pará e com sede na cidade da Barra do Rio Negro.

A resposta ao seu requerimento veio em 15 de outubro de 1827, da Comissão de Estatística da Câmara dos Deputados, criando a província do Rio Negro, com



sede na povoação da Barra, a qual receberia o nome de cidade de São José da Barra, projeto que foi discutido e aprovado em maio de 1828.

Com a justificativa de que não havia informações suficientes sobre território, população e renda da região, o assunto ficou sem movimentação até agosto de 1839, quando o deputado paraense João Cândido de Deus apresentou novo projeto de emancipação rionegrina, com capital na então vila de Manaus, sendo aprovado somente em agosto de 1840.

Pela proposta, a província do Rio Negro teria direito a uma Assembleia Provincial com 20 membros, e mais 3 representantes no Parlamento nacional, sendo 2 deputados e 1 senador.

Algumas controvérsias sobre a quantidade de vagas na Câmara dos Deputados – o Pará temia perder o seu número de representantes – somadas às agitações revolucionárias que ocorriam no País fizeram com que o assunto “emancipação” fosse esquecido outra vez.

Até que, em 12 de maio de 1843, o deputado pelo Pará, Ângelo Custódio Corrêa, solicitou que o projeto retornasse à pauta na Câmara dos Deputados Gerais. A proposta foi aceita pelos demais membros da Assembleia e as discussões foram reiniciadas no dia seguinte.

Os debates sobre a elevação do Rio Negro se arrastaram por dois meses, chegando a ser criada a província do Amazonas, com as mesmas extensões e limites da antiga comarca rionegrina e com sede na vila da Barra do Rio Negro. Porém, isso ficou só no papel, pois, ao chegar para análise no Senado, sofreu novo arquivamento.

Em 7 de novembro de 1844, o então deputado paraense, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, fez uma indicação à Assembleia Geral, orientando



que fossem enviados representantes à comarca do Alto Amazonas para que esta pudesse ser transformada em província.

Com o apoio da Assembleia Geral, Tenreiro Aranha reenviou seu projeto ao Senado, que aprovou as emendas em 28 de agosto de 1850. Por fim, faltava o aval do imperador D. Pedro II que, referendado pelo ministro José da Costa Carvalho, visconde de Monte Alegre, assinou a Lei 582, de 5 de setembro de 1850, criando a província do Amazonas.

O primeiro governador foi o próprio Tenreiro Aranha, nomeado em 7 de julho de 1851. Ele chegou à cidade da Barra do Rio Negro cinco meses mais tarde para instalar oficialmente a nova província. A cerimônia ocorreu em 1º de janeiro de 1852, no prédio da Câmara Municipal, que funcionava na atual rua da Instalação, no Centro.

Em homenagem a esse marco histórico, em 5 de setembro de 1907, foi inaugurado o Monumento à Província – Tenreiro Aranha, na praça Tamandaré, que depois veio a se chamar praça Tenreiro Aranha.

Em 1932, o monumento foi transferido para a praça Cinco de Setembro, popularmente conhecida como praça da Saudade, onde está até os dias atuais.

DE VILA A CIDADE...MANAUS



Em meio ao processo de emancipação administrativa do Amazonas, no dia 24 de outubro de 1848, a vila de Manaus, então sede da comarca e futura capital provinciana, foi elevada à categoria de cidade e recebeu o nome de Barra do Rio Negro, seguindo o que determinava a Lei 147, da Assembleia Provincial do Pará.

Com a instalação da província em 1852, quatro anos mais tarde, em 21 de agosto de 1856, o deputado João Ignácio Rodrigues do Carmo apresentou projeto à Assembleia Legislativa Provincial que devolvia o nome de Manaus para a cidade. Era uma homenagem à nação indígena dos Manáos, primeiros habitantes da região. A proposta foi sancionada pelo presidente da província, João Pedro Dias Vieira, e convertida na Lei 68, de 4 de setembro de 1856.



Em 1948, o prefeito Raimundo Chaves Ribeiro mandou erguer um monumento comemorativo ao centenário da elevação da vila a cidade, projeto de autoria do artista plástico Branco Silva e construído por Tupinambá Nogueira. Instalado no início da avenida Eduardo Ribeiro, entre o Porto de Manaus e o Relógio Municipal, sua inauguração ocorreu em 24 de outubro daquele ano.

O nosso “Obelisco” possui três degraus de mármore em sua base. Em cada uma de suas faces estão registrados os nomes das autoridades da época de sua inauguração, além de referências à Câmara Municipal de Manaus, à Assembleia Legislativa do Amazonas e ao Tribunal de Justiça do Amazonas.

Atualmente, utiliza-se como referência para as comemorações do aniversário da capital amazonense o dia e o mês em que Manaus se tornou cidade oficialmente – 24 de outubro – e o ano em que alguns autores acreditam ter sido construído o Forte de São José da Barra – 1669.

24 DE MAIO E 10 DE JULHO



Talvez você só conheça essas datas porque elas são nomes de duas vias que fazem parte do Centro da cidade. Mas poucos sabem que ambas homenageiam fatos importantes da história da capital e do estado.

Como sabemos, a Lei Áurea, que extinguiu a escravidão no Brasil, foi assinada em 1888 pela Princesa Isabel. Entretanto, quatro anos antes, Ceará e Amazonas já haviam libertado seus escravos, sendo que a província cearense foi a primeira, em 25 de março de 1884.

Nosso estado aderiu à abolição dois meses depois, começando por Manaus, no dia 24 de maio.



A emancipação dos escravos em todo o Amazonas foi declarada oficialmente no dia 10 de julho seguinte pelo governador Theodureto Carlos de Faria Souto, na então praça 28 de Setembro, atual Heliodoro Balbi (ou da Polícia).

São, portanto, desses dois acontecimentos, relacionados à libertação dos escravos, os nomes das ruas 24 de Maio – que se estende da avenida Epaminondas até a Joaquim Nabuco – e 10 de Julho – que começa na rua Luiz Antony, terminando também na Joaquim Nabuco.

É válido se dizer ainda que o nome da praça 28 de Setembro também fazia referência à abolição, pois foi o dia em que a Princesa Isabel assinou a Lei do Ventre Livre, em 1871, determinando que os filhos de mulheres escravizadas que nascessem a partir daquela data ficariam livres.

Pelos serviços prestados à causa abolicionista, Theodureto Souto foi homenageado com o seu nome denominando outra rua do Centro, localizada entre as avenidas Eduardo Ribeiro e Floriano Peixoto, nas proximidades da praça Tenreiro Aranha.

Destaque-se que o movimento contra a escravatura no Amazonas teve a mobilização de boa parte da sociedade organizada, especialmente da Maçonaria, da Assembleia Legislativa Provincial e de vários clubes abolicionistas, como a Sociedade Emancipadora Amazonense, fundada em 1880 por Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, Miguel Gomes de Figueiredo, José Coelho de Miranda Leão, José de Lima Penante e Augusto Elíseo de Castro Fonseca.

LABORUM META



Nos portões de ferro do centenário Cemitério São João Batista, fabricados em Glasgow, na Escócia, a frase *Laborum Meta* chama a atenção de quem por ali passa.

Inscrita sob o nome da necrópole, trata-se de uma expressão em latim que significa “Fim dos Trabalhos”, o que é muito conveniente, já que se trata da última morada dos que para ali são levados.

O Cemitério São João Batista foi inaugurado em 5 de abril de 1891, no governo de Eduardo Ribeiro.

Antes disso, as necrópoles públicas que existiam em Manaus – todas já desativadas – eram o Cemitério dos Remédios, próximo à igreja de mesmo



nome, no Centro, o Cemitério São José, que funcionou na área onde hoje se encontra o Atlético Rio Negro Clube, e o Cemitério São Raimundo (ou dos Variolosos), nos arredores da Escola Estadual Marquês de Santa Cruz, no bairro São Raimundo.

Para a construção do São João Batista, foram adquiridos os terrenos pertencentes a João Batista Gonçalves da Rocha, Manoel José Fernandes Júnior e Amélia Leopoldina de Mello Cardoso, localizados no então bairro do Mocó, atual Nossa Senhora das Graças.

Na administração do prefeito Adolpho Lisboa, o local passou por melhoramentos. Em 1905, foram erguidos os muros da avenida Álvaro Maia e da rua Major Gabriel, com a colocação dos gradis e dos seus famosos portões. Os muros em alvenaria dos lados das ruas Getúlio Vargas e Belém foram construídos somente no início da década de 1920.

Em 30 de outubro de 1906, uma nova capela foi inaugurada, em substituição à original que já estava em condições precárias. Dois dias depois, a imagem de São João Batista, que estava na igreja de São Sebastião, foi transladada para a ermida recém-aberta, que passaria por nova reconstrução 10 anos mais tarde.

Oficialmente, foi a partir de 8 de janeiro de 1983 que o Cemitério São João Batista passou a receber apenas sepultamentos em jazigos perpétuos, cabendo ao então recém-construído cemitério-parque, no Tarumã, as novas inumações.

Localizado na praça Chile, esquina com avenida Álvaro Maia, o São João Batista possui uma área total de 20 mil m², dividida em 25 quadras, com mais de 20 mil sepulturas. A necrópole foi tombada como Monumento Histórico do Estado do Amazonas em 14 de junho de 1988 (Decreto 11.198).

PONTES METÁLICAS DE MANAUS



Pontes metálicas de Manaus – A cidade de Manaus sempre foi entrecortada por igarapés, e as pontes metálicas foram imprescindíveis para o seu processo de ampliação e urbanização. Uma dessas obras de arte é a ponte de ferro Benjamin Constant, na avenida Sete de Setembro, erguida no governo de Eduardo Ribeiro e que liga os bairros Centro e Cachoeirinha.

Construída sobre o igarapé do Mestre Chico pelo engenheiro inglês Frank Hirst Hebblethwaite, suas peças metálicas foram fabricadas pela indústria Dorman Long & Company Limited, na Inglaterra.

A inauguração dessa ponte ocorreu no dia 7 de setembro de 1895, porém, recebeu sua denominação oficial somente no ano seguinte, por meio do Decreto 3,



de 4 de julho de 1896, assinado pelo prefeito Raimundo Afonso de Carvalho. É uma homenagem a um dos fundadores da República, o fluminense Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

Além dessa nomenclatura, ela também ficou conhecida como Ponte da Cachoeirinha, em referência ao bairro de mesmo nome; Ponte Metálica, em razão de sua estrutura, e Terceira Ponte, devido estar localizada após as duas Pontes Romanas da avenida Sete de Setembro.

Com 161 metros de comprimento e 10,50 metros de largura, a Ponte Benjamin Constant foi tombada como Monumento Histórico do Amazonas em 14 de junho de 1988 (Decreto 11.199).

Sua última grande reforma ocorreu como parte das obras do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim), sendo reinaugurada em 25 de setembro de 2008.

Outras duas pontes metálicas que também merecem destaque são a Ponte dos Remédios e a Ponte dos Bilhares. A primeira foi concluída em 23 de dezembro de 1881 e ligava os bairros Remédios e Espírito Santo, sobre o igarapé dos Remédios, no Centro. Sua planta era de autoria de Alexandre Haag e executada pelo engenheiro inglês Charles Brisbin. Foi desmontada no final do século XIX graças ao processo de aterramento dos igarapés.

Quanto à Ponte dos Bilhares, foi a segunda a ser construída na administração de Eduardo Ribeiro, também pelo engenheiro Frank Hirst Hebblethwaite. Localiza-se na avenida Constantino Nery, sobre o igarapé do Mindu.

Inaugurada em 18 de setembro de 1895, era denominada Ponte da Cachoeira Grande, por causa do nome original do igarapé. No ano seguinte, recebeu a nomenclatura de Ponte Prudente de Moraes (Decreto 3, de 4 de julho de 1896),



em homenagem ao paulista que foi o primeiro civil a assumir a presidência da República.

Ao longo dos anos, foi chamada de Ponte do Bosque, por estar próxima ao antigo Bosque Municipal; Ponte Eduardo Ribeiro e Ponte Pensador, em alusão ao governador que a construiu, e Ponte da Constantino Nery, em referência à avenida homônima.

No entanto, Ponte dos Bilhares é o seu nome mais conhecido, devido à proximidade ao então bairro Bilhares, atual São Geraldo. Com 120 metros de comprimento, sua reforma mais recente ocorreu na administração do prefeito Serafim Corrêa (2005-2008), por conta da construção do Parque Ponte dos Bilhares.

TEATRO AMAZONAS



Há 135 anos, no dia 14 de fevereiro de 1884, foi lançada a pedra fundamental do maior símbolo cultural e turístico amazonense, o Teatro Amazonas, em sua localização atual, no largo São Sebastião, em um terreno que pertencia ao tenente-coronel Antônio Lopes Braga. No entanto, antes de ser edificado onde está, houve dois outros locais para a sua construção.

A ideia da criação de um teatro na então província foi do deputado Antônio José Fernandes Junior, que apresentou projeto em 1881. O primeiro local indicado foi uma área entre as ruas José Clemente, Progresso (Dez de Julho) e Comendador Clementino (Eduardo Ribeiro), lugar ocupado pelo Centro Cultural Palácio da Justiça.



Dois anos depois, um novo terreno foi sugerido para o Teatro Amazonas, contíguo à antiga praça do Paiçandu. A frente da casa de espetáculos ficaria para a rua Brasileira (Sete de Setembro) e os fundos para a Henrique Martins.

O governador José Paranaguá, porém, vetou a ideia, porque a área não era firme, já que ficava muito próxima ao leito do igarapé do Espírito Santo. Foi então que veio a sugestão do local onde está até os dias de hoje.

A falta de recursos financeiros fez com que a construção se arrastasse por mais de dez anos, até que, em 31 de dezembro de 1896, o teatro foi inaugurado pelo governador Fileto Pires, ainda com obras inacabadas. O espetáculo inaugural foi da Companhia Lírica Italiana, com alguns números de óperas e canções.

A pintura original do teatro era cinza, a qual foi substituída pelo cor-de-rosa no governo de Ephigênio de Salles (1926-1929). Na restauração ocorrida em 1975, voltou a ser cinza. O rosa atual do prédio só retornou na reforma realizada entre 1987 e 1990.

Com seus 701 lugares, divididos em plateia, frisas e camarotes, o Teatro Amazonas foi tombado como Patrimônio Histórico Nacional em 1966, quando completou 70 anos de fundação.

MANAUS



A N O S

